

# OLHARES SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL NO E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais

*Jiani Fernando Langaro*<sup>1</sup>

*Leandra Domingues Silvério*<sup>2</sup>

## **Resumo**

O artigo lança olhares sobre a História Social brasileira de fins do século XX e princípios do século XXI, com base na problematização dos conceitos trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais. Em um primeiro momento, analisa a historiografia que partiu do estudo da história operária para, posteriormente, alargar seu escopo e investigar a história do trabalho, culminando em pesquisas sobre o cotidiano de trabalhadores/as. Em um segundo momento, discute a incorporação dos movimentos sociais ao rol de temas de interesse da área. Para tanto, reflete sobre o próprio conceito de História social – sem pretensões de categorizá-la de maneira definitiva –, ao passo que discute ainda as implicações de tal alargamento da área para o trato das fontes de pesquisa. Defende que a História Social permanece atual e oferece contribuições à historiografia, embora também enfrente novos desafios.

**Palavras-chave:** Historiografia brasileira; História Social no Brasil; Trabalho; Trabalhadores/as; Movimentos Sociais.

## **Abstract**

This essay treats the Brazilian Social History, produced from the end of 20<sup>th</sup> to the beginning of 21<sup>th</sup> Centuries, based on a reflection about the notions of labor, laborers and social movements. At first, analyzes the historiography that started studying industrial labor history and, after, expanded its scope to investigate labor history, culminating in researches about laborers and their daily lives. In a second moment, discuss the inclusion of social movements to the group of interesting themes for the area. Therefore, thinks about the notion of Social History – without intentions to create a definitive concept –, at the same time, discuss the impact of the area's enlargement on the use of documents in research. Holds that the Social History is still current and offers big contributions to the historiography, although faces new challenges too.

**Keywords:** Brazilian historiography; Brazil's Social History; Labor; Laborers; Social Movements.

## **1. Considerações Iniciais**

A história social brasileira, como é de conhecimento público, constitui-se em uma área vasta e diversa, inclui uma miríade de profissionais e obras, cujos campos temáticos, sujeitos/as sociais abordados e períodos estudados, bem como referenciais teóricos, procedimentos metodológicos e fontes utilizadas nas pesquisas, variam muito. Tal característica decorre do

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Faculdade de História, docente do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da UFG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: [jflangaro@gmail.com](mailto:jflangaro@gmail.com) e [jflangaro@ufg.br](mailto:jflangaro@ufg.br).

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: [leandra.silverio@uftm.edu.br](mailto:leandra.silverio@uftm.edu.br); [leandra\\_domingues@yahoo.com.br](mailto:leandra_domingues@yahoo.com.br).

caráter tradicional dessa área, profundamente enraizada na historiografia nacional, tendo acompanhado o processo de institucionalização e expansão da pós-graduação brasileira.

Neste texto, recortaremos a história social que, a um só tempo, é produzida *no* e também aborda o Brasil contemporâneo, com ênfase no final do século XX e princípios do século XXI. A bem da verdade, nossa ênfase recairá sobre a produção desenvolvida em volta do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tradicional *locus* de estudos em História Social do Brasil Contemporâneo, espaço institucional de nossas pesquisas. Todavia, realizamos sinceros esforços, ao longo da escrita, para estender a reflexão e abarcar parte da produção intelectual de outras instituições. Importa ressaltar que não há a intenção de desmerecer outras produções e instituições, mas apenas selecionamos o que para nós pode retratar o tema em questão dentro dos limites de um artigo.

Para operacionalizar a análise, escolhemos três conceitos centrais para a historiografia analisada, sendo eles *trabalho*, *trabalhadores/as* e *movimentos sociais*. Para organizar de maneira mais didática o raciocínio, dividimos o texto em dois momentos: no primeiro, analisaremos a história social do *trabalho* e dos/as *trabalhadores/as*, ao passo que, em um segundo, trataremos da categoria *movimentos sociais*.

Portanto, principiamos a análise com a problematização das formas como a história social do trabalho se iniciou com os estudos de história operária, muito focada no operariado industrial urbano, que preconizava o operário industrial como portador da missão de superar o capitalismo (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Posteriormente, discutimos como a área passou por transformações que resultariam no alargamento de seu escopo, com a incorporação do estudo de outras relações de trabalho, para além da labuta fabril e, por fim, com inclusão da vida cotidiana dos/as trabalhadores/as ao rol de interesses temáticos da história social. Nesse momento, se refletirá sobre a importância da história do trabalho para a configuração da história social no/do século XX. De tal modo, tomamos o labor como eixo narrativo para se pensar a área e as transformações ocorridas ao longo da profissionalização do trabalho de historiadores/as.

Por fim, a segunda reflexão trata-se dos *movimentos sociais*, tomados como parte do contexto de ampliação do leque de questões e problemas da história social, que, a esta altura, já não pode mais ser simplesmente definida como história do trabalho. Por essa razão, efetuamos uma reflexão sobre a própria concepção do que vem a ser, para nós, história social, sem, no entanto, termos a pretensão de conferir-lhe um sentido único e definitivo. Ainda como parte daquele contexto de alargamento da área, constatamos a busca pela análise de processos de formação de consciência de trabalhadores/as não mais apenas em greves ou na atuação em

sindicatos, mas também na participação deles/as em (outros) movimentos sociais e em processos engendrados desde suas próprias vidas cotidianas. Abordamos, ainda, como tal quadro levou a uma modificação na relação dos/as historiadores/as com as fontes de pesquisa, que passaram a buscar novas linguagens, que permitissem um diálogo mais direto com as formas como os/as trabalhadores/as, em diferentes tempos e lugares, leem e interpretam suas realidades vividas.

Destarte, sustentamos a tese de que tais transformações operadas na história social no/do Brasil Contemporâneo não simplesmente responderam a demandas acadêmicas. Desde seu princípio, a área surgiu intimamente ligada aos movimentos sociais e políticos progressistas, de trabalhadores/as e das esquerdas. Nesse sentido, defendemos que o alargamento do escopo da área se deu em busca da democratização da história, operada principalmente no período de redemocratização brasileira (na passagem das décadas de 1970 e 1980). Nesse contexto, se entendeu memória e história como direitos de todos/as, razão pela qual se buscou dar visibilidade a novos/as sujeitos/as, suas formas de viver, ler e interpretar a realidade, além de se utilizar novas fontes, que permitiriam tal intento.

## **2. História, Trabalho e Trabalhadores/as**

As pesquisas e escritas na área da história sobre *trabalho* e *trabalhadores/as* no Brasil emergiram a partir da década de 1970, portanto serodidamente em relação a outras áreas acadêmicas. Há que se observar a própria nomenclatura, visto que os estudos privilegiaram a *história operária*, enfocando questões de classe como greves, partidos, sindicatos, movimentos etc. Notamos que, mediante revisões historiográficas em meados de 1980, ocorreu ampliação da noção de *operária*, com o uso dos conceitos *trabalhadores/as*, *trabalho*.

É extensa a produção da respectiva temática e almejamos relacionar obras de impacto para a área da história no processo de fixação dos conceitos e noções sobre trabalho e trabalhadores/as. Diversos/as pesquisadores/as produziram artigos, capítulos de livros, enfim, trataram sobre história e historiografia do trabalho no Brasil, como, por exemplo, aqueles que nesse texto são referências: Batalha (2012, primeira edição 1998), Lara (1998), Martins (1995), Paolli, Sader e Telles (1983).

Ao fazer um balanço de como a temática surgiu no Brasil, constatamos que até meados da década de 1950 a maioria das produções se situava marcadamente fora do meio acadêmico, advinda de organizações políticas e partidárias da classe operária, com algumas exceções de estudiosos reconhecidamente da política, do direito ou mesmo de jornalistas vinculados ao movimento dos/as trabalhadores/as. Destaca-se até 1920 a produção de militantes anarquistas

como Everardo Dias, Edgar Rodrigues, Edgard Leuenroth, Gigi Damini (cf. RAMOS; JOANILHO, 2008). Na produção dos comunistas, a fundação do Partido Comunista em 1922 tornou-se um marco, especialmente porque inauguraria o amadurecimento político da sua classe (BATALHA, 2012). Sobretudo, para o olhar da militância operária, havia apatia e desorganização do proletariado brasileiro quando comparado ao modelo de proletariado europeu, visto como o oposto e positivo (BATALHA, 1992).

No Brasil, o acelerado processo de transformações socioculturais, econômicas e políticas a partir dos anos de 1950, ocasionado pela industrialização e urbanização, motivou, nos anos de 1960, a intelectualidade a pensar questões e impactos diretamente relacionados ao mundo do trabalho e dos/as trabalhadores/as.<sup>3</sup> Entretanto, os estudos emergiram expressivamente das ciências sociais: sociólogos e cientistas políticos. Entre eles, tornou-se um marco Juarez Rubens Brandão Lopes, considerado pioneiro dos estudos sobre *movimento operário*, com a publicação de *Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*, de 1960, e *Relações industriais em duas comunidades brasileiras*, de 1961, ambos os artigos republicados no livro *Sociedade Industrial no Brasil* (Lopes, 1964) (cf. PAOLLI; SADER; TELLES, 1983), influenciando autores como Cardoso (1961; 1962). Também é importante a obra de Pereira (1965). Em suma, tais autores buscaram a relação entre os/as trabalhadores/as e suas organizações sindicais por meio do estudo das gêneses regionais e culturais de classe. Questionando a repercussão da tutela estatal sobre os sindicatos, Azis Simão (1966), Leôncio Martins Rodrigues (1966) e José Albertino Rodrigues (1968) estudaram a vinculação existente entre o sindicalismo, na perspectiva do populismo, e o Estado (cf. MARTINS, 1995).

Tais profissionais e outros/as da área empreenderam as *sínteses sociológicas* na tentativa de explicar teoricamente o movimento e a ideologia da classe operária. Contribuíram para inserir e consolidar pensamentos e noções em torno da classe operária brasileira no que tange à sua origem e à formação sindical e organizacional, correlacionando-as ao movimento de imigração, ao anarquismo forjado pelas experiências de imigrantes proletários com tradição na organização política e de classe em seus países, ressaltando a “tendência hegemônica do anarquismo no movimento sindical da Primeira República” (BATALHA, 2012, p. 148).

Na década de 1970 começaram a surgir trabalhos da mesma temática na área da história, mas somente a partir dos anos de 1980 é que o tema chegou ao seu auge, seja pela

---

<sup>3</sup> Ressalta-se a predominância nessas produções, no uso da regra formal da língua Portuguesa, da escrita no gênero masculino restringindo o conceito a trabalhadores, contudo, o/a autor/a do presente artigo inclui na escrita o gênero feminino.

amplitude teórica, seja pela metodológica em sua abordagem. Os estudos de historiadores de maior repercussão são notadamente os dos brasilianistas que se dedicaram ao movimento operário no Brasil, por exemplo, Michael McDonald Hall (Hall, 1969). Seus estudos enfatizam a história da imigração no Brasil, em especial a italiana, e revisam o ponto de vista da sociologia ao afirmar a origem rural dos/as trabalhadores/as imigrantes e ausência de organização política paradigmática em suas pátrias. Assim, Hall se volta para a história do trabalho no Brasil e para o movimento operário brasileiro. Relevantes as coproduções com o acadêmico brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, (Hall; Pinheiro, 1979; 1981), com as quais evidenciam a expansão e o fortalecimento do movimento operário no início do século XX, explorando aspectos de suas greves e de suas condições de vida e de trabalho. Os brasilianistas se diferenciam em tais estudos, fundamentalmente no seu ofício, isto é, no modo de investigação embasada em amplas fontes com rigorosos critérios de análise, ao explorar, por exemplo, a imprensa dos/as trabalhadores/as.

Dos/as profissionais brasileiros/as, Boris Fausto, em 1976, publicou, pela Difusão Europeia do Livro, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, resultante de sua pesquisa *Trabalho Urbano e Conflito Social na República Oligárquica*. O livro teve diversas reedições. Com certa influência teórica e metodológica dos estudos sociológicos da década de 1960, como os de Francisco Weffort, e do diálogo com os brasilianistas, ao estudar a formação do movimento operário entre 1890 a 1920 em São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolve a análise sob a concepção de que o movimento operário não está desconectado da história geral do país e estuda a classe operária por meio das suas condições materiais de existência, do seu comportamento, investigando, entre outras, as práticas anarquistas, as formas de sociabilidade e a sua perspectiva política. Para a reflexão sobre a emergência da classe e movimento operário, privilegia os aspectos socioeconômicos e demarca os estudos na área da história justamente pelo rigor da pesquisa e investigação de fontes e documentos, por exemplo, no “Arquivo do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Edgar Leuenroth” (BATALHA, 2012, p. 151).

Entretanto, o artigo pioneiro na temática foi, em 1973, de Maria Cecília Baeta Neves (1973), publicado na *Revista de Administração de Empresas* (cf. BATALHA, 2012). Preocupou-se com o movimento sindical brasileiro e o seu pouco estudo pelos historiadores e cientistas sociais, interessou-se pela greve dos sapateiros no Rio de Janeiro, que se tornou geral, não objetivou a elaboração de um modelo explicativo do movimento sindical e muito menos deu importância a antecedentes ou consequências históricas da greve, mas sim à reflexão a

fundo sobre um caso concreto, utilizando fontes primárias como o Jornal do Comércio e Correio da Manhã, a imprensa operária e breve consulta no Diário Oficial.

A perseguição e a repressão da ditadura civil-militar, a partir de 1964, a qualquer indício de prática ideológica de esquerda impediram e/ou limitaram a produção acadêmica. Porém no processo de lutas, há que se observar como esse meio sofreu mudanças e, especificamente na área da história, sobretudo na década de 1970, devido às possibilidades abertas pelos recém-criados Programas de Pós-Graduação: em 1971, História Social na Universidade de São Paulo e História na Universidade Federal Fluminense; em 1972, História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Federal de Goiás; em 1975, História na Universidade Federal de Santa Catarina; em 1976, História na Universidade de Brasília e o Programa de Mestrado em História do Brasil na Universidade Estadual de Campinas, que, posteriormente, passou a História. Nas décadas subsequentes tais Programas avançaram para o nível de doutorado e ampliaram suas áreas de concentração, eixos temáticos, emergindo daí diversas linhas de pesquisas, como, por exemplo, na Unicamp, que, nos anos de 1980, criou a área de concentração comum *História Social do Trabalho*, com cinco linhas de pesquisa: Escravidão e trabalho livre; Movimentos sociais; Processo de trabalho; Política e trabalho; Cultura e cidades.

Na década de 1970 foi marcante a criação de Centros de Pesquisa, Documentação e Memórias, como o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), fundado em 1974 e levando o nome do seu patrono tipógrafo, militante anarquista e jornalista da imprensa operária, tendo a Unicamp adquirido sua coleção de documentos impressos e transformado o AEL em um dos maiores arquivos sobre a memória dos movimentos dos/as trabalhadores/as e anarquistas do país. Inúmeros outros centros e arquivos dedicados à história, à memória e aos movimentos dos/as trabalhadores/as surgiram nos últimos 46 anos no Brasil vinculados a universidades ou a organizações sindicais, como o Centro de Memória Sindical criado em 1980, uma instituição intersindical. Também em outros países foram criados importantes arquivos, como o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB), fundado em 1977, que teve sua sede em Milão cedida pela Fundação Giangiacomo Feltrinelli e nasceu de preocupações de brasileiros exilados na Itália com a preservação da memória dos movimentos sociais durante a ditadura.

Por iniciativa de um grupo de professores, em 1980 fundou-se o Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP, que, ao longo de sua história, adquiriu acervo que contempla Fundos, Periódicos, Coleções e Biblioteca de Apoio em benefício da pesquisa acadêmica e das atividades de ensino e extensão. Desde 1986 reúne, trata

e disponibiliza uma gama de documentos de movimentos sociais vinculados à igreja e à educação.

Programas, Centros e grupos de pesquisadores surgiram, acompanharam e sofreram influências de revisões historiográficas internacionais – desde Michel Foucault, até a *Nova História* francesa dos *Annales* e a *História Social* dos marxistas britânicos – que aqui repercutiram e abalaram os padrões de estudos de história nacional diante da expansão da história social. Tais influências direcionaram a reflexão para os/as trabalhadores/as e suas organizações sindicais e movimentos sociais ou não, assim como para as novas formas de lutas e resistências. Dentro da historiografia do movimento operário na década de 1970, as primeiras dissertações de mestrado que são referências clássicas foram Silva (1977), Ferreira (1976) e Magnani (1979), que, ressalte-se, não são da área da história.

Pesquisadores/as interessaram-se, além de pelo específico trabalho fabril, também pelo cotidiano fora das fábricas (Chalhoub, 1986; Cruz, 1987, 1991, 1999; Decca, 1987), voltando-se para aspectos das condições de vida e trabalho (Lobo, 1981; Ribeiro, 1988), enfocando os temas da cultura, do cotidiano dos grupos populares, de mulheres operárias (Pena, 1981), de correntes sindicais reformistas (Batalha, 1986; 1990), de legislação trabalhista (Gomes, 1988; Munakata, 1981), da vida operária e prática anarquista (Hardman, 1983).

Da história social inglesa, Edward Palmer Thompson (1981; 1987) ofereceu contribuições substanciais ao teorizar sobre o termo ausente na concepção marxista ortodoxa: *a experiência social*. Destarte, modificou como nunca os procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica, bem como de outras áreas das ciências humanas e sociais. Ainda, na vertente inglesa, impactantes são as obras de Eric Hobsbawm (1981; 1987), e significativos os trabalhos do Centro de Estudos Culturais na Inglaterra realizados por Thompson, Richard Hoggart, Raymond Williams, com legados sobre noções de luta de classes no âmbito da cultura.

Dentre a produção francesa, importantes são historiadores/as como Michelle Perrot (1974; 1988) para o pensamento histórico brasileiro dos/as *excluídos/as da História*. Novos olhares e concepções sobre conceitos como cultura, sociedade, sujeito/a, história, política, memória, trabalho, trabalhadores/as, classes, envolvendo movimento social, cidadania, direitos, educação, gênero, habitação, saúde, imprensa, terra, campo, cidade, entre outros, também com novos recortes geográficos e temporais, emergiram nos debates e escritas, fossem eles divergentes ou convergentes.

Contudo ressaltamos, nessa temporalidade, a importante atuação intelectual e política de historiadoras negras e historiadores negros brasileiros/as no questionamento da teoria da

história e historiografia que excluíram a presença do povo negro na formação sócio-histórica do Brasil de sujeitos/as da história, da categoria de trabalhadores/as, como, por exemplo, são evidentes na vida e obra da mulher negra historiadora, professora, roteirista, poetisa, ativista pelos direitos das mulheres negras e do movimento negro *Maria Beatriz Nascimento*, que atualmente dá nome a Biblioteca do Arquivo Nacional. Nascimento foi uma das primeiras a questionar a abordagem acadêmica, majoritariamente branca, eurocentrada e hegemônica de temas dos/as negros/as na sociedade brasileira, dentre suas produções destacamos a pesquisa de 1981 *Sistemas alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*, realizada na Universidade Federal Fluminense e *A mulher negra no mercado de trabalho* (1976), publicado no *Jornal Última Hora*.

Nos anos 1980, o recorte temporal que partia do início do século XX e ia até os anos de 1930 se estendeu e alcançou o presente (Maroni, 1982). Ganhou fôlego a problematização das experiências sociais do passado à luz das do presente. A concepção de trabalho e trabalhadores/as se abriu para outros e diferentes sujeitos/as e tempos-espacos, como, por exemplo, a contraposição à concepção predominante e duradoura sobre o homem e a mulher negro/a que desapareceu da história social do trabalho como sujeito/a, substituído pelo/a imigrante europeu. Passaram ao interesse estudos dos/as trabalhadores/as negros/as (Chalhoub, 1986), (Gitahy, 1993), bem como contundentes críticas à historiografia da *transição* e à *teoria da substituição* do/a escravizado/a pelo imigrante, como aquelas feitas por Lara (1998), autora que pesquisou os nexos entre *raça* e *classe* na história e na historiografia brasileiras. Na produção mais recente, Arantes (2010) analisa o cotidiano dos/as trabalhadores/as negros/as do porto do Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX e Silva (2016) reflete “sobre a presença de grupos negros e a constituição de suas micro-Áfricas no bairro de Guaianases” (p.15), em São Paulo, em um recorte temporal de 1930-1960.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, Emilia Viotti da Costa quando fez considerações sobre como a nova história do trabalho era profundamente revisionista, sendo bastante tradicional com relação ao aspecto dos *problemas étnicos*, se espantava com o fato de a maioria de profissionais da história ignorar esse debate, assim como o da presença da mulher na força de trabalho e o seu papel no desenvolvimento do capitalismo, afirmando a existência de duas correntes historiográficas paralelas e que se apresentavam sob rótulos: história do trabalho e/ou história da classe operária, e história das mulheres, ambas se ignorando mutuamente. Costa afirma que só se poderia encarar a história do trabalho e da classe trabalhadora dentro de uma nova perspectiva: a que considera o/a trabalhador/a na sua totalidade (Costa, 1990).

Dentre a produção recente na área da história social atenta às mulheres trabalhadoras, ressaltamos alguns estudos como os de Ferreira (2000, 2006), a autora analisa as experiências sociais de mulheres pobres da região do Triângulo Mineiro no trabalho em domicílio, seja como trabalhadoras domésticas e/ou donas de casa, bem como Meyer (2016) analisa as formas de organização, as demandas, pautas e reivindicações de mulheres no trabalho de lavadeiras na formação da Associação das Lavadeiras da Região Metropolitana de Salvador (ALARMES).

Em meio à historiografia brasileira efervescente no final dos anos de 1980, considerou-se em crise a produção relativa ao *trabalho* (Batalha, 2012). Entre a diversidade de temas, recortes geográficos e temporais, teria havido desinteresse pelo assunto, motivado pela conjuntura sociopolítica nacional e internacional, sendo emblemático o fim do socialismo real e o eufemismo da reestruturação produtiva. Contudo, Batalha aponta dúvida quanto a essa crise diante das novas abordagens e problemas colocados pelos estudos que emergiam, sobretudo pela resistência dos arquivos e centros de documentação que não haviam fechado suas portas, e colocava peso maior na falta de empenho dos pesquisadores na afirmação institucional desses estudos na disciplina histórica.

Sob revisões historiográficas, o acesso aos acervos dos Arquivos e Centros de Memórias contribuiu para a diversificação das fontes, como a oral e os processos judiciais. Khoury (1989) trata da trajetória de Leuenroth por meio também dos processos judiciais contra ele e seus pares. Notamos que o uso da narrativa oral teve crescimento na produção do conhecimento histórico das condições materiais e imateriais dos/as trabalhadores/as. Em muitas linhas de pesquisa sobre trabalho e trabalhadores/as encontram-se estudos articulados aos conceitos de memórias, culturas, movimentos sociais, lutas e experiências sociais, em diferentes tempos e espaços, inclusive na busca pela superação da dicotomia campo e cidade.

Assim, destacamos as linhas: o Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade, da PUC-SP e o Trabalho e Movimentos Sociais, da UFU. Parte de suas produções está publicada em Fenelon (2004) – resultado do Projeto Procad (2001-2004) *Trabalho, Cultura e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*, reunindo historiadores/as do Núcleo de Estudos da Cultura, Poder e Memória da UCSal, da linha: Identidades Culturais, Etnicidade e Migrações e da linha: Política: Ações e Representações, da Unesp/Assis – e em Maciel, Almeida e Khoury (2006).

Em décadas recentes a historiografia brasileira do mundo do trabalho e dos/as trabalhadores/as foi revisitada. O/a trabalhador/a organizado/a ou não em movimentos sociais, partidos políticos, do meio urbano ou do campo ganhou espaço sendo possível afirmar que a tendência de força das produções se mantém em diferentes perspectivas e instituições.

### 3. História Social e Movimentos Sociais

Após discutirmos parte que consideramos importante da trajetória da historiografia brasileira do trabalho, tendo como fio condutor as mudanças que converteram a história operária em história do trabalho e, posteriormente, em história dos/as trabalhadores/as, sentimos a necessidade de pensar os estudos históricos que trataram dos movimentos sociais empreendidos por estes/as trabalhadores/as. Entretanto, é incabível fazer essa discussão sem definir o que entendemos por história social, conceito-chave deste artigo. Isso porque não é mais possível pensar a área como resumida à história do trabalho, depois da severa ampliação experimentada no leque de temas, problemas, questões metodológicas, sujeitos/as e fontes de pesquisa abordados pelos/as historiadores/as. A História Social – da qual a história do trabalho é parte integrante – é o porto seguro em que se ancoram todas as pesquisas discutidas neste texto, na condição campo disciplinar para o qual convergem as diversas formas de abordagem, metodologias, opções teóricas e escolhas e políticas dos/as muitos/as historiadores/as que integram a área.

Todavia, definir *História Social*, e, por conseguinte, *movimentos sociais*, não é uma tarefa fácil, dentro do atual contexto historiográfico. A começar pelo primeiro conceito, nos deparamos com uma realidade espinhosa, pois, as mudanças de direção na historiografia, ocorridas desde a década de 1970, jogam a História Social em terreno movediço. A bem da verdade, defini-la Social sempre foi tarefa difícil, em virtude do caráter vago do termo, amplo, que abarca as mais diversas esferas da vida, razão pela qual foi escolhido para figurar no primeiro nome da revista *Annales (d'histoire économique et sociale)* (LE GOFF, 2005), que, neste contexto, surge como alternativa à história política – entendida como esfera do indivíduo –, definindo todo um projeto de escrita da história.

Após a emergência e difusão da *História Cultural*, na esteira da *Nova História* (LE GOFF, 2005; DOSSE, 2003; CHARTIER, 1991), a *História Social* começou, cada vez mais, a se tornar sinônimo de estudos que abordam as relações sociais, sob a ótica da História. No Brasil, esse contexto de mudança historiográfica também foi marcado pela emergência dos movimentos sociais e das lutas contra o regime civil-militar (SADER, 1988), em pleno quadro recessivo nacional, o que colocava as temáticas da pobreza, da desigualdade e dos próprios movimentos sociais em pauta.

Assim, de uma proposta mais ampla e global de estudos sobre a existência humana, a *História Social* desenvolvida no Brasil acabou por se dedicar mais à história operária e do trabalho, dos movimentos sociais, das cidades e, em outra direção, à história social da arte. De maneira geral, podemos definir que a *História Social* atualmente se caracteriza por colocar, nas

análises históricas, as relações sociais em primeiro plano, ao invés das diferenças culturais (como faz a *História Cultural*). Por conseguinte, a *História Social* tem como preocupação primeira a desigualdade social, entendendo-a como constituída não somente por elementos econômicos, mas também por relações (desiguais) de poder.

Isso não significa a inexistência de historiadores/as que defenderam propostas alternativas para os estudos da área e que muito contribuíram para sua formatação. Esse foi o caso de Déa Ribeiro Fenelon, grande entusiasta da *História Social*, que, na década de 1990, a defendia como uma tentativa de compreensão global do ser humano, sem separar os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (dentre outros) de sua existência. Além disso, a autora frisava que:

[...] por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História [...] (FENELON, 2009, p. 40-41).

Assim, a autora entendia a área como responsável pelo alargamento do campo da história, tomando como grande foco as minorias sociais (em termos de relações de poder) – marca que ainda caracteriza a história social –, *democratizando*, assim, a escrita da história (FENELON, 2009). Isso, no entanto, não deveria resultar em uma escrita historiográfica dividida entre *vilões* e *heróis*, mesmo que estes fossem de origem popular. A proposta defendida por Fenelon foca no reconhecimento de novos/as sujeitos/as e de sua importância nos processos coletivos que conformam a história.

Como já afirmamos anteriormente, ainda no caso brasileiro, temos uma visível vinculação entre a História Social e o marxismo, principalmente o de matriz britânica, o que, evidentemente, não significa a inexistência de trabalhos produzidos com base em outros referenciais teóricos. Entretanto, mais do que seguir as novas tendências acadêmicas, historiadores/as como Fenelon buscavam levar para o seio historiográfico as lutas pela construção de um novo regime democrático para o Brasil, que tomavam as ruas no contexto dos anos 1980.

Nesse esforço, as obras de historiadores/as como Thompson e demais intelectuais da esquerda britânica eram tomadas como fonte de inspiração. É assim que ocorre a já mencionada mudança de perspectiva na história social, que alargou seu campo de pesquisa e passou a estudar os/as trabalhadores/as em suas diversas ocupações e segmentos, sendo *Trabalhadores em*

*serviços: dominação e resistência*, de Heloisa de Faria Cruz (1991) um grande marco nas preocupações com os/as trabalhadores/as situados socialmente para além do operariado urbano.

Ainda nesse período, outro tema emergiu e renovou a história social, tonando definitivamente impossível continuar a nomeá-la de história do trabalho, foram os *movimentos sociais*. Obra célebre do período foi *Quando novos personagens entraram em cena*, do sociólogo Eder Sader (1988), que muito inspirou os/as historiadores/as brasileiros/as. O autor estudou os movimentos sociais organizados na Grande São Paulo, no final da década de 1970, focando naqueles que mantiveram autonomia frente ao Estado.

Importante sublinhar a leitura que Sader efetuou desses movimentos sociais, no interior da conjuntura histórica que permitiu seu surgimento, pois o autor compreende que eles “(...) alargaram as fronteiras da política” (SADER, 1988, p. 314) e “Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana” (SADER, 1988, p. 313-314). Em sua visão, tais movimentos permitiram uma participação direta dos/as trabalhadores/as na política e, mais do que isso, a construção de um *projeto* alternativo de democracia, o qual, no entanto, fora derrotado nas disputas políticas em torno da *redemocratização*. Nesse processo triunfara o acordo entre as elites políticas nacionais e a proposta de pacto entre capital e trabalho, resultando ainda nas políticas *participativas*, em uma tentativa de incorporar a este projeto a dinâmica dos movimentos sociais, intento este que, hoje sabemos, não se concretizou.

Todavia, conforme afirma Sader, a emergência dos movimentos sociais foi essencial para o fim do regime civil-militar no Brasil, pois acelerou a crise em que este se encontrava. Assim, o autor revelou as inter-relações entre os movimentos sociais e a política institucionalizada (oficial), mostrando como as divisas entre ambas não são totalmente fixas. Revelou ainda, para os/as historiadores/as, a necessidade de se pensar a política para além dos espaços oficiais, em suas articulações com a vida cotidiana dos mais diferentes grupos sociais.

Neste momento histórico, a História Social calcada nos estudos dos movimentos sociais polemizou com a história política, mudando o foco de análise do processo de redemocratização. Kazumi Munakata publicou, em 1980, texto provocador, em que afirmava não ser a grande novidade do período as movimentações dos partidos políticos em torno do futuro do regime civil-militar, mas a emergência dos movimentos sociais, com as mobilizações dos/as trabalhadores/as dos estados de São Paulo e Minas Gerais (MUNAKATA, 1980). Era um claro confronto com a História Política, em que o autor reivindicava o reconhecimento do peso dos movimentos sociais e das ações dos/as trabalhadores/as nos processos de transformações históricas e nas disputas políticas.

Diante desse quadro, podemos afirmar que a proposta da História Social dedicada ao estudo dos/as trabalhadores/as e dos movimentos sociais, principalmente aquela articulada no entorno do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e de historiadoras como Dea Ribeiro Fenelon, passou a ser a democratização da escrita da história. Nessa perspectiva, propôs-se a inclusão de grupos sociais outrora ignorados por uma história muito calcada na eleição de heróis e de fatos históricos memoráveis, preocupada com a promoção do civismo, dentro dos projetos do regime civil-militar (FENELON, 1992; FENELON, 1993). Essa medida, reiteramos, não foi empreendida meramente para seguir as novas tendências acadêmicas da época, tampouco fora operada de maneira populista ou condescendente, mas porque tal grupo entendia que a memória e o reconhecimento dos/as diferentes sujeitos/as sociais na escrita da história eram direitos de todos/as, inclusive daqueles/as que não detinham grandes poderes e visibilidade na sociedade. Esse esforço também pontuou, em princípios da década de 1990, a atuação de Fenelon (e de outros/as intelectuais) na gestão pública, quando ocupou a cadeira de chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, experiência orientada pela concepção de direito à memória<sup>4</sup> (FENELON, 1992; CHAUI, 1992; PAOLI, 1992).

Esse esforço pela democratização da escrita da história não se materializou apenas na ampliação dos/as temas, sujeitos/as e objetos de estudo, mas também nas fontes e metodologias escolhidas para as pesquisas. Assim, a noção de documento histórico também se modificou e este passou a ser compreendido como expressão da experiência humana. Isso possibilitou revisões sobre as formas de linguagens na produção do conhecimento histórico, entendidas não mais como meros *reflexos* da realidade, mas como formas de intervenção no mundo e instrumentos para disputar (mesmo que desigualmente) o poder (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2007).

Nesse espírito, durante a década de 1990, popularizam-se as investigações que tomavam como fonte principal a *história oral*. Procurava-se então compreender os movimentos sociais contemporâneos por meio do diálogo direto com os/as trabalhadores/as neles envolvidos. O objetivo era, portanto, problematizar as formas como as pessoas compreendiam

---

<sup>4</sup> Trata-se da gestão municipal da prefeita Luísa Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, para o mandato de 1989 a 1992. A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi assumida pela filósofa Marilena Chauí, tendo a concepção de *cidadania cultural* como norteadora da política institucional do órgão. Por meio dela, entendia-se que o acesso à fruição cultural – tanto na condição de produtor como de audiência – era um direito de todos os/as cidadãos/ãs, indistintamente. O mesmo se pensava com relação à memória, razão pela qual se pensou políticas patrimoniais – no âmbito do Departamento de Patrimônio Histórico dirigido por Déa Ribeiro Fenelon –, que visassem a preservação das memórias dos mais diferentes grupos sociais. Ao mesmo tempo se pensava em formas de gerir os espaços de rememoração da municipalidade em um esforço conjunto com a população e os movimentos sociais. (Cf. FENELON, 1992; CHAUI, 1992; PAOLI, 1992).

os movimentos de que tomavam parte, bem como os processos históricos vividos. Assim, se operou o encontro entre o estudo – em perspectiva diacrônica – dos movimentos sociais e as preocupações com as vidas dos/as trabalhadores/as. Todavia, não se buscava mais apenas reconhecer essas pessoas como sujeitos/as sociais e registrar suas presenças na história, mas também refletir sobre suas formas de ler e interpretar o mundo em que viviam, atingindo-se dimensões mais profundas do fazer histórico de tais pessoas.

É assim que *Na luta por habitação: a construção de novos valores*, de João Carlos de SOUZA (1995), tomou as narrativas orais como grande fonte de pesquisa. O autor tratou dos movimentos de ocupação de solo urbano, empreendidos no final da década de 1980, na zona leste de São Paulo. Com base em fontes orais, Souza analisou as transformações nas consciências dos/as trabalhadores/as envolvidos naqueles movimentos, com a construção de novos valores, com relação, por exemplo, à propriedade privada, que deixava de ser vista por eles como algo inquestionável, para ser concebida como aquilo que precisa cumprir com sua função social. Em outra direção, o autor também abordou a vida cotidiana nos acampamentos, as formas de organização e de luta, bem como as divisões internas aos movimentos, não os percebendo de forma monolítica e/ou homogênea.

Outra importante historiadora preocupada com as contribuições da história oral ao estudo dos movimentos sociais é Yara Aun Khoury, citada anteriormente, por conta de seu doutoramento (na Unicamp), em que fez uso de processos-crime como fonte de pesquisa. Posteriormente ao doutorado, no trabalho como docente do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, Khoury prosseguiu com suas reflexões sobre o uso de novas fontes, como forma de melhor compreender a realidade social vivida por trabalhadores/as, os movimentos sociais por eles/as empreendidos e seus processos de consciência. Dedicou-se então às narrativas orais e, em seus escritos – produzidos com base em suas experiências de orientação –, ressaltou a importância dessa fonte para a compreensão da dinâmica do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Os estudos realizados por seus/suas orientandos/as revelaram a dinâmica da vida cotidiana nos acampamentos e assentamentos, conflitos geracionais e a pluralidade cultural existente no interior dos mesmos, tendo destaque os trabalhos de Silva (1996), Moreira (1998), Markus (2002) e Silvério (2006). Khoury (2006) frisou sobre como as narrativas orais foram essenciais para que os/as autores/as tivessem acesso a esse conjunto de experiências cotidianas e para que pudessem dialogar sobre as mesmas com os/as trabalhadores/as rurais.

Sobre o estudo dos movimentos de luta pela reforma agrária no Brasil contemporâneo, Leandra Domingues Silvério (2006, 2012) apresentou significativa contribuição, também

tomando as narrativas orais como importante fonte de sua pesquisa. A autora problematizou as políticas de reforma agrária empreendidas pelos governos *democráticos* – incluindo aqueles do PT (Partido dos Trabalhadores) – sob a ótica dos/as acampados/as e dos/as assentados/as. O trabalho do doutorado (2012) possui a particularidade de abordar dois movimentos de luta pela terra, o MST e o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), especificamente na região do Triângulo Mineiro e lança luz sobre a diversidade de movimentos que marca a luta pela terra no Brasil atual. As conclusões da autora são de importância, pois, revelam os avanços e, principalmente, os limites das políticas em prol da reforma agrária, incluindo aquelas empreendidas pelos governos brasileiros de esquerda. Outro mérito do trabalho reside em não apenas abordar as estratégias de luta e de organização dos/as trabalhadores/as para a conquista da terra, mas também a dinâmica de funcionamento dos assentamentos após sua regularização, com todos os dilemas, desafios e problemas enfrentados neste âmbito.

O relevante desafio atual, para a *História Social* preocupada com os estudos dos *movimentos sociais* é compreender organizações como, por exemplo, os movimentos que ganharam visibilidade em 2013, nas chamadas *Jornadas de Junho*. Sua própria compreensão como *movimentos sociais* é alvo de acalorados debates na academia, pois, se por um lado em tal conjuntura se exigiu direitos – ao transporte coletivo de qualidade, a preços acessíveis e/ou gratuito – por outro, uma pauta bastante conservadora emergiu das ruas e conquistou hegemonia política nos anos seguintes. Esse desdobramento político chegou ao ponto, em 2016, de uma presidenta legitimamente e democraticamente eleita (Dilma Rousseff) sofrer um golpe mascarado de processo de impeachment e de, no ano 2018, se eleger democraticamente um projeto ultraconservador com explícitas posições e declarações retrógradas, que têm retirado direitos conquistados historicamente pelas lutas sociais e populares. É importante que não se confunda esses movimentos sociais de 2013, que, de fato lutavam por direitos, com as ações de organizações políticas conservadoras e autoritárias. A ascensão política dessas últimas nos induz ao esquecimento da diversidade e complexidade que pontuou os movimentos de 2013, que não podem ser lembrados tão somente como um *debut* da direita conservadora brasileira.

Outro desafio se refere a captar as novas formas de expressão dos movimentos sociais, no caso do Brasil, assumidos principalmente após a década de 1990, quando assistimos ao seu refluxo decorrente das derrotas sofridas desde a *redemocratização* e a intensificação da repressão empreendida pelos governos *neoliberais* que se seguiram às primeiras eleições diretas. Algo nesse sentido já havia sido sinalizado por Jesus Martin-Barbero (2006), ao chamar a atenção para as relações entre mídias, práticas culturais e movimentos sociais na América Latina Contemporânea.

Na sociologia, Josué Medeiros (2014) tem se debruçado sobre os novos movimentos sociais, com foco no Movimento Passe Livre (MPL), que esteve à frente das primeiras mobilizações que geraram as *Jornadas de Junho de 2013*. O autor analisa as relações desses movimentos com as melhorias nas condições de vida, experimentadas pelos/as trabalhadores/as brasileiros/as com as políticas de inclusão promovidas pelo PT, no governo federal, efetuando um profícuo debate com autores importantes para a *História Social*, como E. P. Thompson. Talvez a iniciativa inspire os/as historiadores/as a analisar estes novos movimentos sociais, baseados em *redes*, avessos a hierarquias e ao diálogo com os governos (MEDEIROS, 2014).

Compreender a dinamicidade e a plasticidade dos movimentos sociais no mundo atual, com suas novas demandas, novas formas de organização e novos/as protagonistas – ou seja, em sua transformação histórica –, é a uma das tarefas para a *História Social* de hoje.

#### **4. Considerações finais**

Cientes dos diferentes olhares sobre a historiografia, o que propusemos foi pensar concepções e referências sobre o seu desenrolar. Nesse sentido, não há como negar que a História Social em décadas recentes ganhou espaço e trouxe novas perspectivas. Não pretendemos aqui definir o que seja, ou não, História Social e as suas principais categorias de análise, mas sintetizar noções-chave que, no campo de disputas, democratizaram e oportunizaram a visibilidade na historiografia de outros/as e novos/as sujeitos/as trazendo à tona suas experiências sociais, seus modos de viver, de trabalhar e de refletir sobre a realidade vivida.

Longe de pretendermos esgotar a temática ou mesmo invisibilizar outras experiências em História Social – como a profícuo história social da escravização e do período colonial –, nosso objetivo foi o de lançar olhares para esta área da história, da qual somos praticantes, no intuito de melhor compreendê-la. Cabe destacar ainda que, distantes de uma perspectiva que entende a História Social como apenas parte do passado historiográfico brasileiro, vemos a área não somente como importante e atual, mas necessária no presente, em que o país bate recordes de desigualdade e o autoritarismo avança a passos largos. Há que se ressaltar a nossa indignação e preocupação com os ataques que as universidades, docentes e estudantes temos sofridos do atual governo, que de forma absurda tenta nos calar e precarizar as condições de trabalho.

Dois grandes legados da História Social foram a atenção com a desigualdade social e o desejo de democratizar a história. Mais do que nunca, ambas são necessárias para se compreender o tempo presente e, quiçá, gestar outros projetos mais democráticos de sociedade, tanto para o Brasil, quanto para o mundo. Isso não significa ignorar a existência de desafios que

se colocam para a área e que requerem sua renovação, afinal, transformar-se, como vimos, foi uma das grandes características da História Social brasileira.

Ademais, a área nos deixou uma lição, elementar nestes tempos sombrios, em que o obscurantismo avança vigorosamente. Referimo-nos ao fato de que a própria escrita da história é parte integrante e essencial dos esforços de democratização de uma sociedade. Ser historiador/a também é ser *trabalhador/a*, pois escrever história também é *trabalho*, podendo converter-se em *movimento social de luta por direitos, por liberdade e por democracia*.

## 5. Referências bibliográficas

ARANTES, Erika B. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, RJ. 2010.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012. P. 145-158.

BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, Set.1991/ago.1992. P. 111-114.

BATALHA, Cláudio H. M. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. In: *Ciências Sociais Hoje, 1990*, São Paulo, 1990.

BATALHA, Cláudio H. M. *Le Sydicatisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Thèse de Doctorat de l'Université de Paris, Université de Paris I (Panthéon-Sorbone), 1986. Mimeo.

CARDOSO, Fernando H. Situação e composição social do proletariado brasileiro. In: *Sociologie du Travail*. Nº 4, 1961.

CARDOSO, Fernando H. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. *Revista Brasiliense*, n. 41. maio-jun. 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 37-46.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. de 1991.

COSTA, Emilia V. da. *Estruturas versus experiência: novas tendências na história do movimentos operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde o que se*

ganha. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB. Rio de Janeiro (29). 1º sem., 1990. P. 03-16.

CRUZ, Heloisa de F. Mercado e polícia. São Paulo. 1890/1915. In: *Revista Brasileira de História. Instituições*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, v. 7, mar/ago. 1987. P. 115-130.

CRUZ, Heloisa de F. *Trabalhadores em serviço: dominação e resistência* (São Paulo - 1900/1920). São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

CRUZ, Heloisa de F. Cultura, trabalhadores e viver urbano. In: *Projeto História*. São Paulo, v.18. Maio. 1999. P. 301-307.

DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. P. 9-21.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 10, pp. 73-90, dezembro de 1993.

FENELON, Dea Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?. *História & Perspectivas*. Uberlândia/MG, UFU, n.º 40, pp. 27-51, jan./jun. 2009.

FENELON, Dea Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. P. 29-33.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: as experiências das trabalhadoras domésticas na cidade de Uberlândia/MG -1970-1999*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2000.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Trabalho em Domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (1950-2005)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

FERREIRA, Maria N. *Imprensa e sociedade: o trabalhador gráfico*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de São Paulo, ECA/USP, SP, 1976.

GITAHY, M. L. C. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese PhD, Nova Iorque, Columbia University, 1969. (Mimeo).

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo S. Ressalta-se a predominância ainda nessas produções do gênero masculino restringindo a escrita a trabalhadores, contudo, o/a autor/a do presente artigo usará inclui o gênero feminino.. V. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil 1889-1930: Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado*. V.2. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDMAN, Francisco F. *Nem Pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARDMAN, Francisco F.; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)*. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KHOURY, Yara A. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. Tese (Doutorado em História Social), USP-SP, 1989.

KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. P. 22-43.

LARA, Silvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. Projeto História*, São Paulo, v. 16. fev., 1998. P. 25-38.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 32-84.

LOBO. Eulália M. L. *Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920*. Nova Americana, (4), Turim, 1981.

LOPES, Juarez R. B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo. R.; KHOURY, Yara A. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MAGNANI, Silvia I. L. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

MARKUS, Maria Elsa. *Movimento dos Sem Terra na construção da história local: o caso de Rondonópolis*. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2002.

MARONI, Amméis. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTINS, Ismênia L. Anotações sobre a História do Trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, 1995. P. 91-100.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. *História e perspectivas*. Uberlândia/MG, INHIS/UFU, n.º 51, p. 87-117, jul./dez. 2014.

MEYER, Johanna Brígida Rocha Ribeiro. *Lavadeiras vão à luta: organização e atuação da ALARMES na Bahia. (1983-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal de Sergipe, SE, 2016.

MOREIRA, Vagner J. *Trabalhadores em luta pela terra-campo e cidade: valores, memória e experiência de trabalhadores rurais sem terra-Sumaré 1970-1998*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: CASALECH, J. E.; TELAROLLI, A. (orgs.) *Movimentos sociais. Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, Araraquara, ANPUH/UNESP, 1980.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário: o lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. *História e perspectivas*. Uberlândia/MG, INHIS/UFU, n.º 43, p. 9-18, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 25 de julho, 1976.

\_\_\_\_\_. *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*. 1981. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Editora Filhos da África, 2018.

NEVES, Maria Cecília B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. In: *Revista de Administração de Empresas*. S. l., n. 13, Abr./jun., 1973.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da S.. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, set., 1983.

PENA, Maria V. J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.

PERROT, Michelle. *Les ouvriers em Greve, France 1871-1890*. Paris/Haia, Mouton, 2 v., 1974.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RODRIGUES, Leôncio M.; MUNHOZ, Fábio A. *Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil*. S/D. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/bibliografia\\_sobre\\_trabalhadores.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/bibliografia_sobre_trabalhadores.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

RAMOS, Igor G.; JOANILHO, André L. Análise da historiografia brasileira sobre a classe operária: uma perspectiva cultural. In: *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia: A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EDUFOP, 2008.

RIBEIRO, Maria A. R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, 1870-1930*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1988.

RODRIGUES, José A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Lúcia M. O. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, IFCH/Unicamp, SP, 1977).

SILVA, Luzia M. R. *Os trabalhadores em luta pela terra no Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1996.

SIMÃO, Azis. *O sindicato e o Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1966.

SILVA, Sheila Alice Gomes da. *Negros em Guaianases: cultura e memória*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamentos Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2012.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Assentamento Emiliano Zapata: trajetórias de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 v. 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.